

Empréstimos a Estados estão congelados

Wilson Pedrosa/AE

Medidas restringem ainda a prática de antecipação de receita adotada por governadores e prefeitos

ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA — O governo federal vai apertar os controles sobre as finanças dos Estados e municípios para reduzir o déficit consolidado do setor público em 1998. As medidas anunciadas ontem incluem uma forte restrição dos empréstimos que governadores e prefeitos podem fazer nos bancos dando como garantia as receitas futuras de impostos (as chamadas operações ARO) e o congelamento dos financiamentos de mais longo prazo para todo o setor público. No total, essas medidas deverão provocar uma diminuição de R\$ 2 bilhões nos gastos públicos no próximo ano.

De imediato, será cancelado o limite de R\$ 440 milhões existente para novas operações ARO para Estados e municípios. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, o valor dessas operações terá de se restringir, a partir de agora, aos R\$ 900 milhões já emprestados pelos bancos privados em contratos desse tipo. Esse novo limite não será mais corrigido, o que deverá obrigar Estados e municípios a quitar pelo menos parcialmente essas operações com o sistema financeiro.

O governo decidiu também congelar os empréstimos de prazo mais longo que o setor público pode contratar com os bancos, a chamada dívida fundada. A partir de agora, o valor desses empréstimos não poderá superar o saldo existente em 30 de setembro passado. Segundo Pedro Parente, mesmo as operações já contratadas ou em fase de desembolso terão de obedecer esse limite. "Os antigos devedores terão de pagar para que

novos empréstimos sejam concedidos", explicou.

Cortes nos investimentos — O governo tomou ainda outras duas medidas para obrigar governadores a aderir ao programa de saneamento das finanças estaduais, conduzido pela União, e estimular a privatização de bancos estaduais. A partir de 31 de janeiro do próximo ano, os bancos federais ficarão proibidos de fazer empréstimos a Estados que, embora necessitando de ajuste fiscal, não tenham contrato de reestruturação de dívida assinado com o governo federal. E ficam suspensos desde já quaisquer repasses de recursos da União para bancos estaduais, a não ser para privatização, liquidação ou transformação das instituições em agências de fomento.

A Petrobrás e a Telebrás serão as duas empresas federais nas quais se concentrará a quase totalidade dos cortes de investimentos anunciados ontem pelo governo. Dos R\$ 2,1 bilhões de redução no orçamento para 1998, cerca de R\$ 1 bilhão será suprimido dos planos de investimento da Telebrás e R\$ 900

milhões deixarão de ser investidos pela Petrobrás. Essa redução, entretanto, não implicará necessariamente diminuição dos investimentos em petróleo e telecomunicações.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, a maior parte do que deixará de ser investido pelo governo será suprido por empresas privadas que estão ingressando nesses setores. No caso da Petrobrás, a estatal está definindo as parcerias que fará com a iniciativa privada depois da quebra do monopólio estatal no setor. No que se refere à Telebrás, como uma parte do sistema será privatizada em 1998, também haverá investimentos privados nas telecomunicações para compensar a redução da participação estatal.



**EMPRÉSTIMOS
DE LONGO
PRAZO FORAM
LIMITADOS**



Pedro Parente: "Os antigos devedores terão de pagar para que novos empréstimos sejam concedidos"